



Contributo enviado em resposta à Carta do Presidente da CAP, 19.5.2017

SECA – DE QUE ESTAMOS À ESPERA?

No início do mês de Maio, a notícia publicada pelos serviços meteorológicos foi que “o mês de Abril foi o mais seco e mais quente dos últimos 86 anos” e que grande parte das estações meteorológicas não registaram precipitação até ao dia 29 de Abril! O SNIRH acrescenta que “os armazenamentos nas bacias hidrográficas, no final de abril, apresentam-se inferiores à média dos últimos 27 anos, (em todo o território) exceto na bacia do ARADE”. Entretanto o Governo criou uma Comissão Permanente para acompanhar o assunto.

Infelizmente esta situação não é nova e é recorrente nos climas mediterrânicos, em que ciclicamente é natural que uns anos sejam de seca, outros de cheias e os restantes ditos “normais”, pelo que não podemos deixar surpreender por este tipo de fenómenos.

Nesta data a situação é efetivamente grave e irreversível, afetando com maior gravidade as bacias do Sado e do Guadiana e todo o interior, com destaque para o Nordeste Transmontano, assim como as bacias hidrográficas mais pequenas. Com o avançar do verão a situação tenderá a agravar-se.

Para responder a este tipo de situações, até existem a Comissão de Gestão de Albufeiras e a Comissão de Acompanhamento da Seca, para além da Comissão Permanente agora criada. Quanto às medidas para mitigar os efeitos da seca, também não é necessário inventar muito, bastará recorrer a soluções encontradas em situações anteriores e complementá-las com outras entretanto disponibilizadas.

A questão que se coloca é o tempo que demoramos a reagir às situações e a ativar medidas mitigadoras.

Em primeiro lugar é urgente juntar os Ministérios da Agricultura e do Ambiente e ativar as referidas Comissões. Quanto a medidas concretas de atuação, entre outras adaptadas a situações específicas, propomos as seguintes:

- Antecipar o pagamento dos apoios aos agricultores no âmbito da PAC;
- Facilitar o acesso à água para abeberamento de gado, flexibilizar os processos para a abertura de furos ou charcas e ativar linhas de crédito para fazer face à previsível escassez de água e alimento;
- Implementar regimes de caudal nas bacias hidrográficas, para que não existam períodos de caudal nulo, situação que tem sido registada frequentemente no rio Tejo, até em campanhas com menos escassez;
- Isentar com caráter excecional o pagamento da TRH no sector agrícola, atendendo ao impacto desta taxa na determinação dos preços da água e a sua repercussão nos fatores de produção do sector agrícola - medida que já foi adotada na mitigação dos efeitos da seca de 2012;

- Aprofundar as possibilidades de diminuir os fatores de produção relacionados com o uso eficiente da água, nomeadamente ao que respeita às taxas e impostos dos contratos de eletricidade;
- Viabilizar o preço da água de Alqueva para reforço de água às albufeiras dos perímetros de rega confinantes, atualmente já com ligação ao sistema do EFMA, para minimizar a perda de culturas nesses perímetros de rega;
- Definir medidas específicas para a mitigação das consequências da seca, nos apoios ao investimento do PDR2020.

De futuro e para fazer face ao fenómeno da seca que se prevê mais intenso e mais frequente face aos cenários de alterações climáticas, são necessárias medidas de longo prazo, para que mais área tenha acesso ao regadio, garantindo melhores condições para a nossa agricultura.

Um Plano Nacional de Regadio, que defina uma estratégia a nível nacional, a ativação do Conselho Nacional do Regadio, que deveria debruçar-se sobre estes assuntos e criar o Observatório do Regadio, que permitiria detetar atempadamente situações como esta e tomar medidas preventivas que minimizem os efeitos de falta de água.

Também o recentemente criado Fundo Ambiental deverá ser agilizado e direcionado para intervenções concretas nestes domínios, permitindo o acesso a organizações e a particulares, de modo a inverter a atual situação de desprezo e abandono que impera na generalidade das linhas de águas.

José G. F. B. Nuncio

FENAREG – Federação Nacional dos Regantes de Portugal

22 de Maio de 2017

FENAREG é uma associação de utilidade pública, sem fins lucrativos, de âmbito nacional, fundada em 2005, que agrupa entidades dedicadas à gestão da água para rega, com o objetivo de unir esforços e vontades na defesa dos seus legítimos interesses e na promoção do desenvolvimento sustentável e da competitividade do regadio. Atualmente conta com 28 associados que representam mais de 25 mil agricultores regantes e cerca de 135.000 hectares, que significa mais de 90% do regadio organizado, 76% do regadio coletivo público e cerca de 20% do regadio nacional.

Mais informações: FENAREG Tel.: 962 055 519 / 243 610 355 secretariado@fenareg.pt